

CONCEPÇÕES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DUPLA ANTECIPAÇÃO¹

Conceptions of vocational training and double anticipation

SCHWARTZ, Yves²

RESUMO

Duas conferências Lisboetas, duas lições sobre experiência. Yves Schwartz retoma seu mestre, Georges Canguilhem, para levantar questões sobre a formação profissional. Se, por um lado, a similitude do meio nos permite, em uma primeira antecipação, acumular de forma normativa saberes em desaderência à diversidade de cada aqui e agora, buscando neutralizar as singularidades das situações de trabalho, por outro, uma segunda antecipação é convocada para implicar os debates, as dramáticas e as formas de eficácia que reconvoam os patrimônios de saberes, retrabalhando os procedimentos, as referências e os conceitos da primeira antecipação. Eis a noção de dupla antecipação que neste texto Schwartz coloca em ação nos cinco exemplos que nos apresenta e na síntese em seis pontos com a qual conclui.

Palavras-chave: Experiência; Formação profissional; Dupla antecipação; Trabalho.

ABSTRACT

Two Lisbon conferences, two lessons about experience. Yves Schwartz resumes his master George Canguilhem to raise questions about vocational training. If on the one hand, the similarity of the environment allows us, in a first anticipation, accumulate knowledge in a normative way in deadherence of the diversity of each here and now, seeking to neutralize the uniqueness of work situations, on the other hand, a second anticipation is convened to entail the debates, the dramatics, the forms of effectiveness, that reconvene the heritages of knowledges, reworking the procedures, references and concepts of the first anticipation. Here is the notion of double anticipation that this text Schwartz puts into action in the five examples that presents to us and in the six points synthesis with which he concludes this paper.

Keywords: Experience; Vocational training; Double anticipation; Work.

¹ Este artigo constitui o texto da conferência proferida na abertura do XX Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE (Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education), realizado em Lisboa, no período de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2013, e que teve como temática a *Formação Profissional: Investigação educacional sobre teorias, políticas e práticas*. Publicado, originalmente, na *Education Permanente. Revue internationale de référence en formation des adultes*, n.197, 2013-4.

Tradução: Admardo Bonifácio Gomes Júnior. Revisão: Daisy Moreira Cunha.

² Filósofo. Professor Emérito de Filosofia da Aix-Marseille Université, França; Diretor Científico do Departamento de Ergologia, membro sênior do Instituto Universitário da França, 1993-2003. E-mail: <yves.schwartz@univ-amu.fr>.

I - QUE LIÇÕES PODEMOS TIRAR DA EXPERIÊNCIA?

Georges Canguilhem, o grande filósofo francês, visitando em 1956 como Inspetor Geral o colégio Charles Lepierre de Lisboa, tinha em mente a epopeia dos grandes navegadores portugueses quando aqueles, depois de terem visto desaparecer ao longe a Torre de Belém, foram afrontar o Cabo da Boa Esperança ou partir à conquista do Brasil. A alocução que ele aí pronuncia, *Experiência e Aventura* (que encontramos no volume 4 de suas Obras Completas, no prelo), se ela evoca essa travessia arriscada dos oceanos, sugere a partir disso uma convicção mais geral: é sempre discutível a vontade de atenuar, incluso suprimir, o aspecto aventureiro de uma experiência, de tentar estabilizar nela ensinamentos para transformar as novas experiências a vir em eventos *antecipáveis*.

Para reduzir e dominar a incerteza de nossos projetos, pensamos já aqui nas situações de produção industriais, e é, portanto, bem natural buscar se instruir das experiências anteriores: apagar o inesperado encontrado no decurso daquelas, formalizar os processos, aumentar nossos poderes: "Daí procede a necessidade de substituir a experiência como tentativa pela experiência como lição, tendo em vista [...] ganhar tempo, dominar o acontecimento, no lugar de enfrentá-lo. A experiência seria então uma sabedoria que nos dispensaria a aventura, um saber que faria a economia da prova", diz Canguilhem (1956).³

Ora, disse ele, essa ideia de uma "experiência antes da experiência é um logro". Implacável crítica da noção de "lições da experiência": esta dissipação dos obstáculos pela "antecipação do porvir" suporia que existissem "situações comparáveis", "similitudes" nas situações de vida, e acrescentemos, de trabalho. Ora, a cada experiência, essas similitudes "se desvanecem", o meio é sempre "infel", já dissera ele em sua tese de Medicina, **O normal e o patológico**. E essas similitudes restariam mesmo estáveis. Nós que a reencontramos a transformamos porque não somos mais os mesmos para confrontá-las. Donde esta dura constatação: "sozinho fala aquele que não mais faz", sua "experiência-lição" é "vazia de eficácia". E ao fim das contas, "a experiência autêntica é intransmissível [...], ninguém pode fazer a economia de ir ver isso que os outros viram, se ele quer aproveitar disso que eles viram" (CANGUILHEM, 1956).

No entanto, a formação profissional insiste em falar da experiência a fazer, sem fazê-la ela mesma. Ela procura transmitir conhecimentos que preparem para o encontro das situações de trabalho a fim de apagar-lhe a incerteza e atenuar-lhe, tanto quanto possível, essa dimensão aventureira que faz com que precisamente uma experiência seja uma experiência. Afinal de contas, nossos antepassados do Paleolítico, nossos enigmáticos primeiros mestres em "formação profissional", tinham, em uma longuíssima duração, inventado métodos para talhar um biface⁴ *sem pestanejar*, em dez minutos, quando necessitaríamos hoje, na ignorância destes métodos, uma ou duas horas.

³ N.E.: Como indica o autor, a edição de *Experiência e Aventura*, parte ds obras completas de Georges Canguilhem, encontra-se no prelo. Neste artigo, referimo-nos, considerando as normas de publicação da revista, à edição de 1956.

⁴ N.T.: Instrumento lítico pré-histórico que se caracteriza por ser uma peça de talhe, geralmente bifacial.

Então, em que medida esta intervenção lisboeta de Canguilhem mina sem querer os fundamentos mesmos da formação profissional ou bem ajuda-nos a desenvolver as questões postas na Problemática do Colóquio?

II - A PRIMEIRA ANTECIPAÇÃO E SEUS TRÊS NÍVEIS

“Nas situações de importância vital, as similitudes se desvanecem”, dizia G. Canguilhem (1956) neste texto: se isso é verdade, assim que transportamos esta afirmação para o campo da formação profissional, isso reduz bastante as possibilidades de antecipar o encontro das situações de trabalho por um ensinamento tirado de suas similitudes. Mas o encontro de uma situação de trabalho, sem deixar de ser uma situação de vida, e isso, será preciso jamais esquecer, não é uma situação “vital” como a primeira travessia do cabo ao extremo sul da África. Há em toda situação de trabalho uma dimensão estabelecida de “protocolo” – felizmente –, que podemos manipular, ensinar mais ou menos à distância, mais ou menos independentemente de sua execução em uma situação real e singular: saberes se traduzindo em sequências estabelecidas, procedimentos lógicos, técnicos, organizacionais, jurídicos... Protocolos se expressando em um conjunto de conceitos, com a ambição de generalidade que define todo o uso dos conceitos. O problema essencial da formação profissional não será de articular, de um lado, esses saberes legitimamente descontextualizáveis, saberes constituídos em uma relativa desconexão do aqui e agora – que eu denomino relativa “desaderência” – com, de outro lado, as “surpresas” oriundas disso que há de inédito em toda experiência, inédito que é “aderente” a uma situação histórica singular?

Queiramos ou não, em todo ensinamento é preciso uma postura de *indiferença* – mesmo provisória – diante disso que os homens e as mulheres poderão fazer, aqui e agora, desses saberes e desses procedimentos concebidos em desaderência: assim a aprendizagem de uma máquina-ferramenta de comando numérico, de modelos de funcionamento de centrais nucleares, a interpretação dos sinais de uma sala de controle em uma indústria de processos, a aprendizagem da contabilidade analítica, aquela de uma língua estrangeira, o código civil ou o direito do trabalho, as relações entre as regulamentações europeias e os direitos nacionais... Esses saberes se transmitem sem ter em um primeiro tempo que se preocupar com os lugares e os momentos onde eles serão manipulados. A lista desses saberes estocados em “desaderência”, ensinados nas salas de aulas, capitalizados nos manuais, ou hoje, os DVDs ou *sites* de Internet, sancionados por certificações ou diplomas profissionais, são indefinidos. Vemos mal como poderíamos *não nos instruir disso* e vemos bem como a formação dessa “desaderência” pode e deve mobilizar professores e formadores. Podemos pensar no *e-learning*, que convoca os profissionais da informática, da didática e os pesquisadores em psicologia cognitiva a trabalharem juntos.

Nisso que chamamos os “ingredientes da competência” (SCHWARTZ, 2000b), esses saberes em desaderência incluem isto que chamamos o primeiro ingrediente: toda competência profissional deve incluir uma parte variável, não assinalável nem determinável exatamente, de tais formas de saberes, simplesmente porque vivemos, produzimos, alargamos nossa vida

de humanos num mundo saturado de normas técnicas, organizacionais, jurídicas, higienistas... nascidas da combinação desses saberes e referenciais normativos.

Mas em que mundo suporíamos estar se acreditarmos poder definir a competência profissional por esse único ingrediente? Esse ingrediente da competência depende de uma suposição, que é também uma ficção necessária: esta construção em desaderência só é operatória se supomos o meio de ação “fiel”, estável, intercambiável. Construimos nossos ensinamentos sobre as similitudes, os casos similares, e não podemos fazer diferente: suponhamos uma central nuclear com todas as instalações em estado “normal”, os sensores de informações confiáveis, as cooperações hierárquicas bem azeitadas e, se imaginamos as relações “degradadas”, modelamos simulações para funcionamentos coletivos desejando prevenir estes modos degradados; nas atividades de serviços, supomos os clientes e os usuários médios, “normalmente” “alfabetizados” na língua corrente. Um ensinamento de gestão deve supor empresas normalmente abastecidas via uma logística fluida, com relações profissionais estabilizadas ou, na falta, proveremos os futuros gestores de módulos de aprendizagem de resolução de conflitos... Em resumo, esse ingrediente 1 só é *transmissível* à condição de *neutralizar* as formas de uso de nós por nós mesmos que a experiência do trabalho requer, portanto, sempre de nós, mesmo se frequentemente a um nível pouco visível ou invisível. Elas os requerem por duas razões sistemáticas: (1) essa hipótese de estabilidade, a percebemos melhor hoje, não é jamais o caso; (2) a história fez de nós seres diferentes para tratar as “infidelidades do meio” e para viver “em saúde” seus tratamentos, não podemos abdicar de nossas histórias específicas.

Esse ingrediente 1 pode definir isso que chamamos a “primeira antecipação”. G. Canguilhem dizia acima: podemos antecipar a atividade futura, se as situações a tratar são comparáveis e os sujeitos intercambiáveis, sem que o tempo e a história tenham influência sobre eles. Toda concepção da formação profissional por uma parte, e legitimamente, deve tornar disponível uma primeira antecipação. De fato, essa primeira antecipação se desenvolve em **três níveis, distintos, mas em interação**: (a) formação e aprendizagem; (b) governo do trabalho nas empresas; (c) pesquisas universitárias.

Um ensino de engenharia civil, articulado sobre diversas pesquisas acadêmicas, deve antecipar os saberes necessários a um departamento de métodos se demandamos o planejamento de uma obra de aeroporto, ou de um navio de cruzeiro. Combinando esses conhecimentos antecipáveis, o departamento de métodos deve construir em seguida um projeto antecipando as atividades de diversas corporações; no fim da cadeia, o chefe do canteiro deve antecipar o trabalho dos diferentes técnicos e operários do canteiro. O professor de direito deve preparar o futuro juiz ou advogado para antecipar seu trabalho de *qualificação*: reduzir a extrema diversidade dos casos encontrados na experiência a situações típicas em que o tratamento emanará dos textos jurídicos do campo considerado (salvo se os faz evoluir por um julgamento que possa constituir jurisprudência). Em uma empresa, o organograma deve antecipar abstratamente as pessoas que ocuparão os diversos postos ou funções.

A primeira antecipação é uma ferramenta própria ao gênio humano, que permite antecipar *in absentia* a atividade que demandamos dos outros (basta observarmos-nos quando planejamos para nós mesmos um projeto), sob condição de configurações estáveis de atividade, conhecíveis e analisáveis por recursos de diferentes saberes científicos, técnicos e sociais. A formação profissional, no sentido mais amplo, das instituições educativas às formações e ao estágio em empresas, enquanto formação, requer obrigatoriamente uma postura de primeira antecipação, que é também uma postura de neutralização parcial da história, aquela das situações e das pessoas singulares. Em nível de pesquisas em ciências sociais, a primeira antecipação consistirá em dar conta e daí ajudar a prever os comportamentos individuais, coletivos, os “estados do mundo” a partir de conhecimentos sobre o ser humano, seu meio ambiente técnico e sobre as diversas normas sociais, disponíveis e objetiváveis sobre os meios onde se exercem a atividade humana.

III - A SEGUNDA ANTECIPAÇÃO

Mas em que grau as atividades humanas se prestam a tais modelizações antecipáveis? Esta postura de neutralização das dimensões singulares que reproduzem e encontram, dia após dia, todo agir humano tem, de um lado, mostrado sua prodigiosa fecundidade. Mas hoje mensuramos melhor a que ponto esta confiança nos poderes do conceito, essa postura de modelização antecipativa, de proceduralização das situações de vida e de trabalho, é solidária de uma concepção da atividade humana profundamente subavaliada, esvaziada de suas dramáticas internas. A primeira antecipação propõe preparar o encontro das situações de trabalho (o formador), prescrever, normatizar as tarefas (o responsável hierárquico) ou de nos instruir sobre a atividade social (o pesquisador) a partir disso que cada um pode aí conhecer anteriormente a toda implementação futura. Mas a atividade humana é somente uma simples “implementação” disso que foi decidido anteriormente a ela e geralmente fora dela? Não deveríamos pensar igualmente uma *segunda antecipação*, esta pela qual a atividade – através de seus debates internos, suas dramáticas e, assim, suas formas de eficácia – reconvoça em parte o patrimônio anterior de conhecimentos e de normas e, portanto, requer do formador, dos diferentes níveis do governo do trabalho e dos pesquisadores um retrabalho de seus saberes, de seus procedimentos, de seus referenciais teóricos? Retrabalho que não poderia se reduzir ao registro de uma excrescência residual, mas aquele de produção de (micro) histórias que transformam o dado da primeira antecipação. Cada um dos protagonistas de uma antecipação desenha então o programa de trabalho virtual dos outros parceiros desse binômio *conhecer/fazer*. Cada um se limitará à tarefa que o outro, virtualmente, o propôs? É outra história.

Via a *segunda antecipação*, que não é, compreendemos bem, a única a ser considerada, reencontramos as reservas de G. Canguilhem em relação a uma cega confiança nos poderes antecipatórios das lições de experiência.

IV - DUPLA ANTECIPAÇÃO E INTERROGAÇÕES CRÍTICAS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Esta hipótese de dupla antecipação deveria permitir responder interrogações, porque não, mal estares suscitados pela formação profissional - “grande mito

do século XX”, instrumento (auto)proclamado para todos ajustamentos demandados pelas evoluções econômicas e técnicas na vida social. Ora, entretanto, o diagnóstico frequente é aquele da decepção face à ineficácia desta formação profissional. Seria ela uma ferramenta para combater as desigualdades, o desemprego? Não somente a crise atual permite duvidar seriamente, mas sua ambição um pouco desmedida, se a confrontamos melhor como fazemos hoje e como deveríamos sempre tê-lo feito, em debates e dramáticas internas ao agir industrial, perde bastante sua garantia, inclusive sua soberba: como se um programa de formação profissional pudesse se fabricar independentemente dos usos industriais dos homens e das mulheres no trabalho, para os quais ele deve supostamente preparar. Subentendido: Podemos conceber a formação profissional neutralizando as “tensões” que atravessam este uso industrial do gênio humano, próprio das nossas sociedades modernas? Sociedades largamente fundadas sobre um uso mercantil do trabalho e, por isso mesmo, por diversas formas de “subordinação jurídica”? Caracterizar assim este uso é simplesmente fazer uma constatação, a reflexão crítica pode eventualmente vir depois (SCHWARTZ, 2000a, p.359-375).

Sem dúvida, como já dissemos, é preciso não jogar fora o bebê com a água do banho. Mas o problema não está no erro, inclusive na falta grave que consiste em conceber a formação profissional apenas sob o ângulo da *primeira antecipação*? Recordemos que o ingrediente 1, que a sustenta exige neutralizar a impregnação pela história de todas as situações de atividade industrial, supõe uma postura necessária de *indiferença* às “bricolagens” que serão feitas da combinação destes saberes face a um meio ambiente técnico, social e humano, jamais exatamente idêntico a um outro e sempre em tensão.

Para avançar remarquemos:

(1) Que o ingrediente 1 é apenas **um** elemento da competência no trabalho.

(2) Que não podendo jamais pretender deste fato antecipar um *one best way* operatório, ele deixa em aberto, a cargo dos atores, um retrabalho das eficácias industriais, ele deixa, portanto, um espaço de *escolha*, de preferências e assim uma interferência de *valores* neste retrabalho. Espaço de escolha e interferências de valores que reencontrarão e reinterrogarão sempre, sob formas extremamente variadas, este uso industrial dos homens e das mulheres em nossas sociedades modernas, evocadas acima (troca de atividade contra dinheiro, formas variadas de heterodeterminação da atividade). Este horizonte de debate, mais ou menos silencioso, mais ou menos público, mas jamais eliminável, é, portanto, interno à *segunda antecipação*, aquela que requer um retrabalho contínuo dos formadores, dirigentes e pesquisadores.

V - CINCO EXEMPLOS

Cinco exemplos articulando estes dois pontos:

1 - Durante a última Bienal da Educação em Paris (03/07/2012), um atelier dirigido pelo nosso colega Richard Wittorski foi consagrado ao tema “Transmitir o trabalho”. Os “Compagnons du Devoir”, antiga corporação ancorada em nossa história industrial, expressaram com vigor uma ética

fundada sob a transmissão: “A *corporação* se engaja a transmitir”, ela não é “proprietária”, mas “depositária”, provisória de 27 ofícios práticos na confraria. Dimensão impressionante da *primeira antecipação*: para a formação no ofício de carpinteiro, uma enciclopédia de cinco volumes, 5.500 páginas. Isso é tudo dessa ética de transmissão? Não. Formar os jovens aprendizes é também lhes iniciar ao encontro de elementos de “contexto”, uma diversidade técnica e social evidentemente muito mais difícil de dizer que isso que pode ser estocado em uma enciclopédia: é preciso ajustar o gesto “serragem” à ferramenta disponível e à essência particular da madeira, é preciso aprender a mensurar as histórias particulares dos ambientes humanos, cada canteiro ou departamento de métodos tem seu clima particular, que é preciso integrar em cada um dos seus gestos. E é neste horizonte que denominamos uso de si por si, que se desenvolve o espaço de escolhas e a interferência dos valores: valores de “respeito”, disse o *tailleur de pierre*,⁵ “respeito ao material” (a pedra); se transmite tanto quanto saberes “um estado de espírito”: a enciclopédia é uma ferramenta essencial para a “aprendizagem”, mas formar exige, também, nos permitirmos este neologismo, uma “imprendizagem”, uma necessidade de impregnação disso que chamamos o “corpo-si” por certa disponibilidade axiológica em face dos meios humanos de trabalho. A *segunda antecipação* não é uma chave mestra dada por nenhum manual, ela tem dimensões obscuras, incertas, mas é através dela que pode ser tratado o inédito, as “surpresas” da experiência, evocada acima por Canguilhem (1956).

2 - Para ficar nas virtuosidades manufatureiras mais integradas em uma empresa clássica, uma tese recente de Christian Martinez Perez (2011) analisa, a propósito de uma empresa de caldeiraria onde ele trabalhou, isso que ele chama em seu capítulo 4, usando uma fórmula herdada dos trabalhos de Jack Goody (2002, 2007), um “letramento operário”: ensinar o desenho industrial supõe que antecipemos sem dúvida a usinagem operária na oficina. Ora, essa formação deve, portanto, *in situ* se implementar de uma atividade amplamente ignorada: leitura dos planos, traçados, passagem não evidente do plano ao tridimensional, mudança de referência métrica (o milímetro), manipulação específica dos conectores lógicos... Vemos aqui como se persegue a *segunda antecipação* até o nível da pesquisa em ciências sociais: este letramento operário reconvoça não somente o formador em caldeiraria, a hierarquia na empresa, mas também o sociólogo do trabalho. Deste, ele antecipa seu trabalho de reconcepção disso que pode ser o trabalho operário e, mais além, uma reconcepção da inteligência operária, frequentemente suposta limitada a uma *métis*⁶ inapta à abstração. Ela vai até mesmo questionar a distinção feita por Pierre Bourdieu, entre cultura erudita e cultura dominada. Como aparece acima para os “*Compagnons du Devoir*”, por intermédio desta *segunda antecipação*, que escapa a toda formação profissional formalizada, caminha obscuramente uma forma de construção de bem comum. Estes “saberes tramam laços entre os membros do grupo” (PEREZ, 2011, p.11), a aprendizagem *in situ* deste letramento é para o autor

⁵ N.T.: Profissional que talha a pedra, seja na construção ou no artesanato.

⁶ N.T.: Uma “Inteligência astuta”, para retomar a expressão de Détiene et Vernant, a propósito da Grécia antiga. Cf. DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Les ruses de l'intelligence: La métis des Grecs**. Paris: Flammarion, 2009.

um elemento essencial da socialização, uma “imprendizagem” no seio do grupo operário.

3 - Michel Jouanneaux, antigo piloto de linha, desloca a questão da *dupla antecipação* num campo novo. Sua obra, *De l'agir au travail* (JOUANNEAUX, 2011), se interroga de maneira bastante original sobre isso que é “estar presente” diante de uma situação de trabalho; ele a explicita particularmente sobre a crônica de um voo Roissy-New York a bordo de um Boeing 747. Na medida em que é “*a desordem do real*” que faz contexto, que lhe ordena essa exigência de estar presente, a linguagem, incluída aí a linguagem interior porque ela introduz uma distância e um “desajuste temporal”, deve ser, em um primeiro tempo, “desativada” (p.165). O pensamento posto em linguagem – *primeira antecipação* – não está fora do jogo, mas todo o problema é compreender como podemos incorporá-lo na atividade observando o “*sentido atual de 'a' missão*”, considerando o tratamento jamais padronizável da desordem do presente. Do contrário, se a formação só visa ao “tema puramente teórico”, opera na consciência industriosa uma “*cisão entre seu vivido e suas construções mentais*”. Vemos bem como os três níveis da *primeira antecipação* – pesquisa, formação, governo do trabalho – se articulam: do “disparatado mosaico de disciplinas-mãe”, funcionando como “nichos acadêmicos” (p.69), sobre “bases fisiológicas e médicas”, a partir de “explicações sobre nossas faculdades cognitivas”, tiramos “noções sobre o erro, o estresse, a comunicação...” (p.68). Esses segmentos de saberes são disciplinas de formação profissional “centrada sobre a tarefa prescrita”; e aí corresponde na proceduralização do trabalho do piloto a um “mosaico de prescrições” heterogêneas (p.55).

Este remarcável diagnóstico de uma *primeira antecipação* esquartejando as exigências do serviço a ser feito aqui e agora em um mosaico de procedimentos provoca uma surda irritação do piloto-pesquisador refletindo sobre seu agir: a temporalidade do fluxo de papel inserida pela hierarquia em sua gaveta é testemunha de uma “busca bem mais administrativa que operacional” (JOUANNEAUX, 2011, p.55). A problemática do colóquio fala de “tensões” ligadas às visões inconciliáveis do ser humano: Como a denegação da *segunda antecipação* por todo tipo de autoridade científica e hierárquica não engendraria necessariamente uma surda cólera nos protagonistas do trabalho supostos a aceitar uma heterodeterminação de seu agir por um *patchwork* heterogêneo de normas e procedimentos?

No quadro dessa tensão encontramos novamente a interferência obrigatória da atividade com um mundo de valores que a *primeira antecipação* não pode em nenhum caso prever nem formalizar. Se, para o protagonista, esse mosaico de prescrições é incapaz de determinar o conteúdo, os obscuros circuitos para tornar disponível nele esse “estar presente”, quem fará em seu lugar as escolhas permitindo-lhe estar presente em seu presente? Desde que nos interroguemos sobre essa enigmática sinergia de faculdades, de recursos relevantes nela de fontes corporais e intelectuais e de temporalidades diferentes, somos conduzidos a um retorno de cada um sobre ele mesmo, sobre seu si, como canteiro de arbitragem entre possibilidades diferentemente valorizadas: “Por exemplo, ele diz, quando um episódio de trabalho difícil se anuncia”, múltiplas escolhas podem ser selecionadas: recuo, trapaça, descarga sobre os outros, desejo de afrontar-se à

dificuldade... Faremos esforço para memorizar ou não tal procedimento ou tal experiência anterior? “Finalmente, um polo ético pode conduzir a recusar um trabalho injusto ou a localizar abaixo de todas as valências, os valores como a solidariedade ou o trabalho bem feito” (JOUANNEAUX, 2011, p.195). Maneira de confirmar que o uso industrioso dos homens e das mulheres tal como ele funciona mais ou menos bem, ou mais ou menos mal, em nossas sociedades modernas não pode eliminar no operário, tanto quanto no piloto de linha, no coração da dinâmica da segunda antecipação, uma interrogação sobre as escolhas às quais não pode se subtrair este uso. É próprio da *segunda antecipação*, e somente dela, internalizar esse horizonte axiológico.

Notemos, mas sem fazer disto uma lei geral, que nesses três exemplos, não é sem dúvida por acaso que esta injunção seja feita aos pesquisadores, aos formadores, aos fabricantes de normas nas empresas para colocar em debate seu trabalho vem de pessoas que refletiram sobre a atividade após terem feito, elas mesmas, experiências de trabalho.

4 - Esta *segunda antecipação*, alcançada pelos protagonistas das atividades de trabalho, mistura recombinações inéditas de saberes da *primeira antecipação* e saberes em “aderência” ao presente. Ela agencia essa recombinação guiada por uma infiltração obscura de um mundo de valores; recombinação orientada então para uma reconcepção dos bens comuns, em parte própria a cada um dos atores. Tudo isso é bem difícil de colocar em palavras. Se essa *segunda antecipação* é alcançada somente por pessoas isoladas, separada da interação dialética com a *primeira antecipação*, ela propaga dificilmente sobre a vida social suas virtuais alternativas.

Dá o interesse de uma experiência em grande escala iniciada e dirigida por nossa colega e amiga Daisy Cunha. Trata-se de fazer trabalhar juntas as duas *antecipações*, de instituir entre elas uma dialética viva para transformar o olhar sobre o campo de atividade social e pôr em debate suas reservas possíveis de alternativa. Sob o modelo das “comunidades científicas ampliadas”, instaurado pelo médico e professor de Psicologia na Universidade de Torino, Ivar Oddone, falecido recentemente, que trabalhou com os operários de uma cadeia de montagem da Fiat nos anos 60, nossa colega brasileira fez trabalhar conjuntamente no Projeto *Conexões* mineiros do estado de Minas Gerais e de estados limítrofes e pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim que pesquisadores criam as condições para intercambiar, em longo prazo, saberes codificados dos ergonômistas, especialistas da educação, sociólogos, médicos... e os “saberes-valores” investidos pelos trabalhadores mineiros no debate dos usos que fazem de si através dos quais esta população não cessa de refazer história, “mina por mina”, então é toda uma dimensão do trabalho que vemos de outra forma. “Então é complicado de generalizar” diz um deles: bela lição para os especialistas em generalização que somos. Isso diz a que ponto os três níveis da *primeira antecipação*, pesquisadores, formadores, dirigentes (aqui das empresas mineradoras), são convocados a repensar suas competências a partir disso que implica uma tal afirmação.

5 - Último exemplo: vocês conhecem talvez a bela revista hispano-portuguesa *Laboreal*, notadamente fundada por nossos colegas e amigos do

Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Seu Volume VIII, n.2, lançado em dezembro de 2012, se propunha avaliar a atualidade do programa antropotecnológico da ergonomia de Alain Wisner.

A questão da dupla antecipação nela se desloca parcialmente sobre a aplicação das tecnologias, sobre o uso de técnicas e objetos fabricados, transferidos de uma área cultural a outra.⁷ Nesse caso, isso quer dizer que, desde a concepção desses objetos, não é necessário se fazer *instruir* dos modos operatórios, das maneiras de viver e, diremos, dos valores de vida coletiva enraizados na história dos grupos e dos povos destinatários, também criadores destas usinagens materiais? Leremos com interesse a contribuição de Philippe Geslin: é preciso sair de sequências lineares que concebem os usuários, promover a circulação de saberes e de coconstruções de *designs* (ver os “Fabs-labs”), promovendo um recentramento dos projetos em torno dos usuários e, finalmente, de novos regimes de produção de conhecimentos em torno de todas as fabricações técnicas. Estes devem agregar, reunir saberes acadêmicos, liberando-se de seus “nichos disciplinares”, como dizia anteriormente Michel Jouanneaux, e as reservas de alternativas nascidas dos debates locais entre fontes técnicas novas e escolhas de vida coletiva.

Pertinência desta dialética das duas antecipações no campo da formação profissional: nas Escolas de Engenharia e de Comércio Francesas, nas “Altas Escolas” suíças, Philippe Geslin inicia futuros engenheiros ou quadros técnicos especializados em trocas internacionais ao que poderíamos chamar “a arte do encontro”: a aprendizagem e a “*imprendizagem*” das competências e dos projetos de vida de grupos humanos, a quem são destinadas essas eventuais transferências, grupos diversamente formatados ou maltratados por suas experiências próprias da dialética das duas antecipações.

VI - SÍNTESE EM SEIS PONTOS

Propomos sintetizar em seis pontos isso que pode resultar destes propósitos e exemplos.

1 - O tipo histórico de trabalho visado pela problemática da formação profissional

A questão posta pelo colóquio diz respeito especificamente a nossas sociedades que podemos chamar “sociedades Mercantis e de Direito”. Nessas sociedades, existe um polo público, aquele dos órgãos da democracia, suposto promover os valores do bem comum para a entidade social considerada. Mas também sociedades “mercantis” onde a produção social se desenvolve em um universo concorrencial e que é avaliada e sancionada pelas avaliações cifradas, monetárias. Em seu seio, o trabalho é ele também uma mercadoria, neste sentido que ele é o lugar de uma troca de tempo de trabalho contra remuneração monetária (isso que chamamos o trabalho *stricto sensu*). Remuneração sob a forma salário, pagamento, honorários...

⁷ Sem mesmo mudar de ar cultural, já pensamos (SCHWARTZ, 2000c, p.540) que toda operacionalização de uma combinação de técnicas já é, em certo grau, uma forma de transferência de tecnologia.

Esse uso do trabalho sob a forma *stricto sensu* não existiu sempre, e nada diz que ele deva existir para sempre. Poderíamos refletir sobre isso, mas este não é o lugar. No entanto, é uma forma social entre outras. Essa forma de uso industrioso foi criada na história, não tem nada de natural, ela pode então ser sempre interrogada, inclusive contestada, *ao menos* posta em debate sob uma ou outra de suas formas.

Quando somos convidados a refletir sobre a relação Formação Profissional/ Trabalho, **esta referida especificidade** do trabalho não saberia permanecer estrangeira à nossa reflexão sobre a formação profissional. Resta precisar onde e como ela intervém.

2 - A dependência das políticas de formação profissional ao polo mercantil

Inscrita socialmente assim, não somente a formação profissional não pode tudo, ela não pode recolocar em causa este uso, mas ela parece cada vez mais desprovida em face das evoluções das estratégias econômicas, das relações de força geopolíticas ao interior de um universo mercantil mundializado. Com efeito, nestas sociedades, porque existe um polo do direito, existe uma política pública de educação, articulada sob o direito cidadão ao conhecimento e à cultura. Mas a Formação Profissional está em uma situação muito mais frágil, porque à frente está, de maneira privilegiada, o polo mercantil: como preparação ao trabalho *stricto sensu*, ela é muito dependente de decisões de investimento e de formas de emprego avaliadas a partir de critérios e estratégias característicos desse mundo mercantil.

Isso que chamamos de financeirização da economia, que parece uma forte tendência do polo mercantil hoje nessas sociedades, tem consequências diretas sobre os volumes de emprego (e, portanto, de desemprego), a segmentação e a distribuição de setores de atividade.

Certamente, um equipamento de formação profissional socialmente desenvolvido segundo as normas da *primeira antecipação* cumpre um papel na geografia das relações de força entre potências mercantis. Mas seria um “mito” dar a uma “boa política” de formação profissional um peso determinante na “civilização” dessas relações concorrenciais. É para essas condições macroscópicas atuais que o uso do trabalho, que prepara a formação profissional, está hoje confrontado.

3 - A “infidelidade do meio”, agente de confrontação do ser industrioso à cena social onde ele vive

Como é então impactado este nó da dupla antecipação? Diremos que essa questão deve trabalhar, *em geral*, todo agir em formação profissional, mais ainda nessas formas históricas de uso do trabalho *stricto sensu* e, ainda mais particularmente, nesse contexto tenso de hoje.

A *primeira antecipação*, no seu registro, para ser eficaz, deve transmitir saberes, técnicas, métodos, deve antecipar os gestos profissionais adequados, controlar, se possível, todas as ocorrências prováveis; sua antecipação deve transmitir “uma experiência antes da experiência”, como disse Canguilhem (1956). Ela não pode ser permanentemente desestabilizada em um espaço imprevisível de escolhas feitas aqui e ali pelos protagonistas da atividade; isso seria refazer dessa experiência uma

“aventura” ou, em nossa língua, integrar nela as imprevisíveis “dramáticas dos usos de si”. Para ela, se há distâncias no uso industrioso, estas são transgressões exteriores, das quais ela não é responsável. Uma antecipação corretamente ensinada deve reduzir ao máximo este espaço de escolha.

Ora, a realidade põe constantemente em causa essa exigência. A formação profissional não pode ser um império de neutralidade em um mundo social que não o é. O trabalho é uma experiência “viva”, isso significa que ele se inscreve numa história. É o que os ergonômistas (“da atividade”) nos ensinaram, que uma situação de trabalho nunca é semelhante a outra, o que vale em nossa opinião como um dado universal: não poderemos jamais estandardizar as condições da atividade industriosa, a “*infidelidade do meio*” humano, logo histórico, se renova sem cessar frente a seres nunca intercambiáveis. Há assim sempre uma “experiência” a fazer, mesmo que frequentemente no infinitesimal. Se ele é reenviado a ele mesmo para tratar essa infidelidade do meio, o sujeito da experiência é de fato reenviado à cena social, porque é a ela que é endereçada toda escolha de tratamento desta infidelidade: não trabalhamos nem sozinhos, nem somente para si. Isso é particularmente verdade para o trabalho *stricto sensu*. E nessa cena social, a maneira de utilizar industriosamente os homens e as mulheres não é nunca evidente, ela não pode evitar realimentar sem cessar os debates de normas.

Como o dizia ainda G. Canguilhem (1966, p.186-188), as “necessidades” da sociedade permanecem sempre, em parte, obscuras, ela não tem “finalidade intrínseca”, sua regulação, contrariamente à regulação orgânica, é uma necessidade “em busca [...] de suas normas de exercício”. Essa dimensão das necessidades a serem satisfeitas pela atividade produtiva, se ela é sempre obscura, problemática, objeto de debate incluso de lutas sociais, é ainda mais nas situações tensas, críticas, em que não somente a dimensão mercantil do trabalho invade hoje sempre mais o governo do trabalho, mas faz pesar a ameaça crescente de não trabalho.

É então **essa** cena social que infiltra o tratamento dado por homens e mulheres ao trabalho de “infidelidade” das interfaces de trabalho. Se não há, em nossas sociedades tecnicistas, normalizadas e normalizantes, eficácia industriosa sem a *primeira antecipação*, a segunda a retrabalha em todos os lugares e a cada dia. Se há valores econômicos produzidos no universo do trabalho, eles não são o resultado **direto** dessa *primeira antecipação*, eles são o **resultado desse retrabalho**. Ele imprime assim uma marca sobre os conteúdos, as maneiras de fazer, a eficácia econômica do trabalho.

É então pelo viés dessa *segunda antecipação* que a dimensão política e mais profundamente axiológica penetra do *interior* o mundo das atividades de trabalho. O que quer dizer que penetram por ela os debates, ditos ou não, sob ou em penumbra, sobre as formas de uso industrioso dos homens e das mulheres em nossas sociedades mercantis e de direito.

4 - *Segunda antecipação, valores e atividades de trabalho*

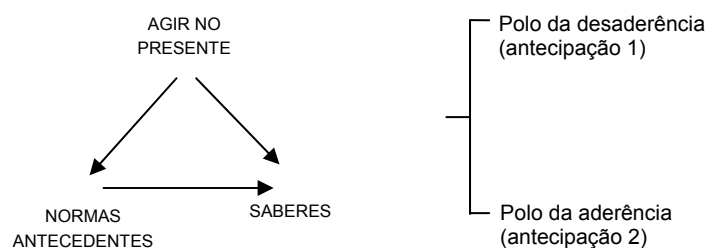
A dinâmica da *segunda antecipação*, aquela do agir humano aqui e agora, é então o lugar onde um mundo de valores se implica na esfera de atividades de trabalho. Certamente as escolhas políticas, econômicas e pedagógicas precedem qualquer investimento público ou privado em programas de

formação profissional. Mas estas, uma vez fixadas nos exercícios pedagógicos, nos permitem argumentar, demonstrar, antecipar no horizonte pacificado do neutro e do geral. Globalmente, a *primeira antecipação* evita de se deixar deslocar para as arenas do “subjetivo”, para os julgamentos de valores sobre o bem ou o mal fundados de tal repartição de tarefas, de normas de contabilidade das empresas, do direito fiscal,⁸ de tal regulamentação de prevenção dos riscos profissionais, em nome de escolhas sociais que veiculariam.⁹

Essas proibições do “subjetivo” e a denegação da “ferida” que infringe as inantecipáveis reinvenções do agir pela suficiência do saber são reconhecíveis nos três níveis da *primeira antecipação*. Proliferam particularmente hoje nas políticas de avaliação da pesquisa. O que pressupõem implicitamente seus procedimentos? Uma publicação “científica”, como tal, pode deixar aberto um espaço de incerteza, um testemunho de não saber, que suspenderiam o prognóstico sobre os “estados possíveis do mundo” para as formas diversas de engajamento nos valores de bem comum, que somente o aumento da visibilidade das dramáticas da atividade dos protagonistas da *segunda antecipação* pode revelar? Essa visibilidade não reenviaria à responsabilidade dos pesquisadores que, antes de publicizar estas dramáticas da atividade, não tem mais certezas do que os outros sobre as possibilidades da situação?

É então, no coração da *segunda antecipação*, que se desdobram, confrontados ao universo de normas antecedentes, o que chamamos de *triângulo da atividade*:

TRIÂNGULO DA ATIVIDADE



Uma incessante dialética entre o agir industrioso em um polo (a atividade de trabalho aqui e agora), um mundo de normas antecedentes em um segundo polo, e o terceiro polo, aquele dos saberes. Neste último, coabitam e se retrabalham mutuamente – ou não – os saberes da *primeira antecipação* ou ingrediente 1 da competência, objetos da formação profissional, e os saberes “investidos”, memorizados ou produzidos no tratamento diário das tarefas, na gestão das interfaces sempre infíeis configurando as situações locais de

⁸ Cf. Christine Noël Lemaître e Sandrine Fremeaux (2012).

⁹ Cf. Schwartz (2000d).

trabalho. Dialéticas ou “dramáticas” de uso do que chamamos “corpo-si”, infiltrado ou atravessado, para orientar seu agir dentro desse triângulo, através de um mundo de valores.

É nesses triângulos que se tratam cotidianamente a confrontação, sem dúvida, maior de nossas enigmáticas sociedades mercantis e de direito: contradição tensa entre o dinheiro que remunera e julga os investimentos em emprego, os recursos alocados em “fator trabalho” e as atividades humanas que, em razão da infiltração de um mundo de valores nelas, valores sem nenhuma métrica disponível, não podem nem se determinar nem se avaliar unicamente pelos valores mercantis.

5 - Denegação ou dialética das antecipações?

Enfim, há em nossas sociedades mercantis e de direito, e particularmente hoje, duas polaridades opostas no tratamento da dupla antecipação:

- em um polo, não sem ligação com a tensão concorrencial e os cálculos financeiros, a postura é a denegação desse triângulo, a denegação da *segunda antecipação*, a “lavagem” da atividade (“lavar” o dinheiro “sujo” é mascarar de onde vêm as quantias em circulação, lavar a atividade é velar o retrabalho permanente das normas de onde provêm os valores econômicos). Essa postura, que pode ser de boa fé, contrariamente à lavagem do dinheiro, visa propor sem peso de consciência a boa formulação, o bom modo operatório, ignora as fontes de incerteza em que escolhas alternativas podem ser postas em debate. Ela considera que as atividades de trabalho podem e devem ser sequenciadas por antecipações apresentadas como “racionais”. Essa postura, herança da Organização Científica do Trabalho, nós chamamos “usurpação”: ela pretende governar o trabalho humano como podemos governar um processo mecânico. O que não pode jamais ocorrer.

- no outro polo, encontraremos uma série de dispositivos que hoje se desenvolvem e que em diversos graus atenuam, inclusive requestionam, o que pode haver de tendências dogmáticas e de ilusões de toda potência na implementação da *primeira antecipação*. Eles nos distanciam de uma visão caricatural em que esta antecipação ignoraria sistematicamente a segunda: algo da dialética das duas antecipações caminha cada vez que buscamos dar visibilidade ao “trabalho real”. É assim notadamente o caso com a prática dos “retornos da experiência”, as *démarches* de “VAE” (Validation des Acquis de l'Expérience), o ensino em alternância, a tutoria incluindo a “dupla tutoria” e, em regra geral, os dispositivos de inserção profissional.¹⁰ A questão é então

¹⁰ Pensamos especialmente na “ergoformação”, desenvolvida por Louis Durrive no quadro de uma empresa de inserção profissional na Alsácia, sua distinção “localização”/“ancoragem”, esclarecendo muito a dinâmica operacional da dupla antecipação. Lembramos ainda, mas isto vale para o conjunto desta reflexão, todos os trabalhos desenvolvidos depois de uns 20 anos pela Didática Profissional, que, à sua maneira, chama fortemente nossa atenção para isto que denominamos aqui “segunda antecipação” (ver, por exemplo, Pastré,[2011]; Mayen, [1999]; Vergnaud, 2008).

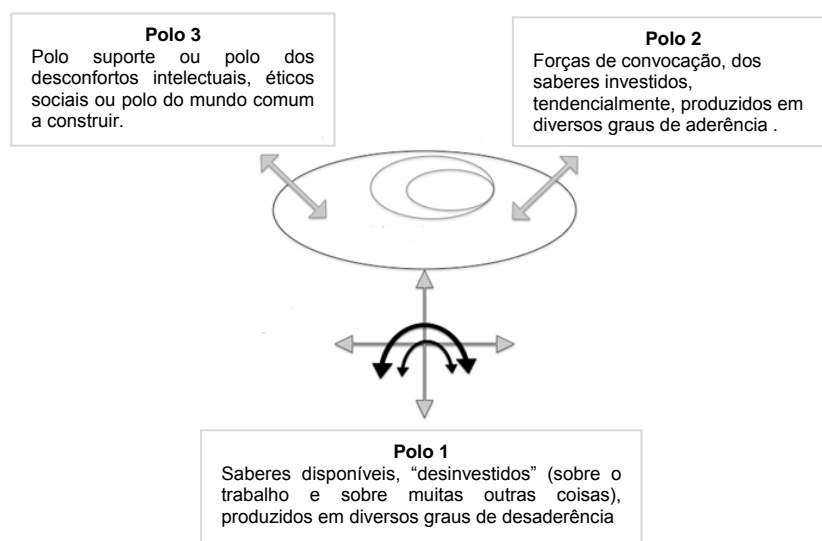
N.T.: Cf. DURRIVE, Louis. O formador ergológico ou “Ergoformador”: uma introdução à ergoformação. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). Trabalho & Ergologia: Conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010.

MAYEN, Patrick. Des situations potentielles de développement. **Education permanente**, Paris, n.139, p.65-86, 1999.

PASTRÉ, Pierre. **La didactique professionnelle**. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

saber até que ponto essas *démarches* de atenção e de vigilância em relação à *segunda antecipação* reconvocam verdadeiramente o trabalho a vir dos três níveis da primeira. Até onde elas desdobram os triângulos da atividade, até onde elas reencontram os possíveis bens comuns alternativos a conceber e a construir a partir desta *segunda antecipação*?

Prolongando esta ambição sobre esse segundo polo, tentamos formalizar a postura chamada de “dispositivo dinâmico a três polos” (ver figura abaixo): os saberes acadêmicos e/ou formalizados em diversos graus de desaderência em um primeiro polo, os saberes mais ou menos aderentes às ações concretas, no segundo, são convocados a um trabalho dialético de instrução mútua a convite de um terceiro polo, que poderíamos chamar de “mundo comum a construir”. Polo que nos convoca a esquematizar os futuros, mais ou menos locais, mais ou menos planetários, a partir de reservas de alternativas inscritas nos triângulos da atividade em face dos quais somos todos iguais nas dúvidas e vontades de construir bens comuns.



6 - Os desafios do presente

Hoje, a concepção da formação profissional, mesmo vista unicamente sob o estreito ângulo da *primeira antecipação*, é tornada cada vez mais difícil pela mobilidade das atividades e das situações de trabalho: mobilidade das técnicas, das formas de trabalho, do desenvolvimento das redes, da circulação sem limites das informações. O regime de relativa hermeticidade entre vida pessoal, pública e profissional cede parcialmente. Ao ponto que fica difícil de dizer, para certas categorias sócio-profissionais, quando e onde eles trabalham. Lugares, tempos e a mesma natureza das atividades e

VERGNAUD, Gérard. De la didactique des disciplines à la didactique professionnelle, il n'y a qu'un pas. *Travail et apprentissages*, n.1, p 51-57, fév. 2008.

também formas e fontes de aprendizagem tornam-se cada vez mais difíceis de serem circunscritos. Com as figuras diversas da mundialização, os perímetros para enquadrar os atores pertinentes da ação econômica, gestonária, política e social tornam-se cada vez mais fugidios. A substância mesma da atividade de trabalho se torna difícil de apreender. Isso começou desde os anos oitenta, com o crescimento considerável do setor dito “terciário” e notadamente as atividades ditas de “serviços” e as misturas, os casos híbridos de toda natureza que só reforçaram estas dificuldades. E isso, apesar das tendências opostas à re proceduralização, normalização das ditas atividades. Os fluxos migratórios diversificam, heterogenizam os públicos aprendizes, seus percursos de saberes, de cultura, de valores. A noção de “ofício”, na qual sempre apoiou a formação profissional, hoje dificilmente pode recobrir conteúdos estáveis e controláveis.

A esta forte tendência, de nenhum jeito independente das dimensões econômicas, políticas, sociais evocadas anteriormente, deve responder uma densificação crescente dos dispositivos de atenção à *segunda antecipação*. Somos obrigados a trabalhar cada dia mais para viabilizar, confiabilizar estes processos dialéticos onde se encontram e se fecundam as duas antecipações, sem ignorar que estão envolvidas neles interrogações sobre o governo das atividades industriais humanas e dos pensamentos alternativos de bens comuns. Fazer bem seu ofício, para um formador, não podemos dizer sem paradoxo que, a proporção que ele se questiona sobre a *segunda antecipação*, ele se põe a questão: “o que é fazer bem meu ofício?”¹¹.

A experiência de trabalho não é mais que uma aventura. Mas põe em jogo, mesmo assim, muito da experiência humana, em todos os níveis entre o microscópio e o planetário. Afinal de contas, a formação profissional pode ser a feliz prova que, de ser obrigação em restituir a dimensão da experiência de toda atividade de trabalho, lembra-nos que somos, em todas as circunstâncias, seres de iniciativa.

REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, Georges. *Expérience et Aventure*. Paris: Rivages. Órgão dos alunos do Lycée Français Charles Lepierre, 1956. p.1 et 17. (No prelo. A ser lançado nas Obras Completas, v.4, de Georges Canguilhem, dir. Camille Limoges. Paris: Édition Vrin).

_____. *Le Normal et le Pathologique*. Paris: PUF, 1966.

CUNHA, Daisy Moreira (Org.). Trabalho: *Minas de Saberes e Valores*. Belo Horizonte: NETE/FAE, 2007.

DURRIVE, Louis. *L'expérience des normes: formation, éducation et activité humaine*. 2006. 357 f. Thèse (doctorat en Sciences de l'éducation). Université Louis Pasteur, Strasbourg I, 2006.

¹¹ Evocamos o trabalho de Louis Durrive na nota anterior. Interrogando-se sobre as relações entre as normas enquadrando todo trabalho, que revelam muito sobre a *primeira antecipação*, e a atividade de trabalho, Durrive (2012, p.2) tem este propósito que achamos iluminado: “Trabalhar vem a ser devolver a norma como que a tendo revirado do avesso, como o fazemos com uma luva: ela era anterior, é preciso atualizá-la; ela era anônima, é preciso personalizá-la”. O que iniciariam hoje novamente neste mundo pleno de tensões estas miríades do revirar as normas ao avesso, tal como reviramos uma luva? O que de inédito se põe em jogo nas dinâmicas da *segunda antecipação*, às quais a usinagem de toda formação profissional deve ser disponível?

_____. Comment approcher une situation de travail en formation, dans une perspective ergologique. In: CONGRES DE LA SOCIETE INTERNATIONALE D'ERGOLOGIE, Strasbourg, 27-28/09/2012, Atelier 4. Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/b9fgfajf448xr/jt8TAPwe_n>. Acesso em: 15 set. 2012.

GOODY, Jack. **La raison graphique**. Paris: Éditions de Minuit, 2002.

_____. **Pouvoirs et savoirs de l'écrit**. Paris: La Dispute, 2007.

JOUANNEAUX, Michel. **De l'agir au travail**. Toulouse: Octarès Editions, 2011.

LEMAITRE, Christine Noël; FREMEAUX, Sandrine. Pour une approche ergologique du droit fiscal, des normes antécédentes à l'expérience citoyenne. **Revue Ergologia**, n.7, p.21-46, 2012.

ODDONE, Ivar. **Redécouvrir l'expérience ouvrière**. Paris: Editions Sociales Messidor, 1981.

PEREZ, Christian Martinez. **Apprendre et Appartenir**: La socialisation ouvrière à l'aune des apprentissages professionnels, sociologie comparée des ateliers de construction métallique et d'une grande entreprise d'aéronautique. 2011. 690 f. Thèse (Doctorat en Sciences Sociales) - Université de Paris VIII, 2011.

SCHWARTZ, Yves. La formation professionnelle, l'affaire de qui? In: _____. **Le Paradigme Ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000a.

_____. Les ingrédients de la compétence: un exercice nécessaire pour une question insoluble. In: _____. **Le Paradigme Ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000b.

_____. Conférence inaugurale du XXIX congrès de la Société d'Ergonomie de Langue Française. In: _____. **Le Paradigme Ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000c. p.537-547.

_____. La culture du risque et sa mise en oeuvre complexe dans la gestion des dysfonctionnements. In: _____. **Le Paradigme Ergologique ou un métier de Philosophe**. Toulouse: Octarès Editions, 2000d.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Org.). **Travail et Ergologie**: Entretiens sur l'activité humaine. Toulouse: Octarès Editions, 2003.

Data da submissão: 01/08/2013

Data da aprovação: 02/09/2013